Banco do Brasil 200 anos

número 4

Banco do Brasil garante estabilidade econômica e avanços na República

Por Karla Mendes

Mais que as mudanças no regime político, a queda do Império no Brasil significou o fortalecimento do país como uma Nação. Em sentido amplo, significou uma guinada rumo à modernidade, especialmente do ponto de vista econômico, mas também trouxe avanços sociais. O lastro dessas mudanças veio do Banco do Brasil que financiava os projetos e assumia os riscos econômicos com fartos subsídios à industrialização e à agricultura.

Desde 1850, o Banco do Brasil financiava diretamente os produtores de café. Mas a relação era desigual. Confiante em sua influência política, seus títulos de nobreza e relações pessoais com os donos do poder, os cafeicultores evitavam a pressão de seu credor oficial. Era uma época onde "dançava-se sobre hipotecas" numa referência às facilidades encontradas pelos cafeicultores. Um cenário que não mudou muito depois da mudança de regime de governo.

Dois fatores políticos contribuíram decisivamente para a Proclamação da República em 1889: a abolição da escravidão, um ano antes, finalizou um ciclo

O fim do trabalho escravo impôs a necessidade de reformular rapidamente o modo de produção agrícola sem as indenizações pretendidas pelos grandes fazendeiros

que se iniciara em 1850 com a proibição do comércio de importação de escravos. O fim do trabalho escravo impôs a necessidade de reformular rapidamente o modo de produção agrícola sem as indenizações pretendidas pelos grandes fazendeiros; e a Guerra do Paraguai, que reforçou o sentimento nacionalista, terreno fértil para idéias reformadoras principalmente entre os militares. Estes dois episódios mostraram que o Império e os resquícios do poder de Portugal não serviam mais ao país que se consolidava como uma Nação, inclusive geograficamente. Foi neste período que o Brasil começou a incorporar em seu território os estados do Acre e Amapá.

O primeiro manifesto republicano foi publicado no Brasil em dezembro de 1870. Mas foi a dissolução da Câmara dos Deputados em junho de 1889 que tornou insustentável a situação da monarquia, abalada pela crise econômica causada pela abolição da escravatura e os sucessivos escândalos envolvendo a corte. O governo provisório da República, implantado no próprio dia da proclamação, 15 de novembro, trouxe mudanças significativas como a separação entre a Igreja e o Estado, a liberdade de culto religioso, o casamento e o registro civil, a divisão do território em estados, entre outras medidas.

Entretanto, a inflação herdada do Império aumentou ainda mais nos primeiros anos da República. A Proclamação da República auxiliaria no processo de ascensão do setor industrial-financeiro – marcado pela expansão dos bancos emissores – uma grande quantidade de papel moeda em circulação e emissões de ações de projetos que muitas vezes sequer saíam do papel. A primeira medida significativa para reorganizar a economia foi o chamado encilhamento, feito pelo então ministro da Fazenda, Rui Barbosa. O nome é uma referência à corrida de cavalos: a iminência da largada era indicada pelo seu encalhamento, o momento em que se apertavam com as cilhas (tiras de couro) as selas dos cavalos e as apostas frenéticas. O "encilhamento" consistia na política de emissão de dinheiro em grande quantidade que redundou numa desenfreada especulação na Bolsa de Valores.

Dois meses depois de proclamada a República, em 17 de janeiro de 1890, um decreto estabeleceu uma reforma bancária substituindo o ouro por títulos da dívida federal como lastro, normas especiais para a amortização da dívida pública. O Governo Provisório decidiu emitir mais papel moeda para atender às necessidades do mercado de consumo que cresceu significativamente com o trabalho livre e assalariado. Durante a escravidão, os fazendeiros é que faziam as compras

para si e para seus escravos e agregados. O dinheiro era utilizado quase exclusivamente pelas pessoas ricas. As emissões de moeda eram irregulares: emitia-se conforme a necessidade e sem muito critério. Os chamados "papéis pintados" tinham seu lastro em títulos da dívida pública.

Em 1891, ao perceber que as emissões desenfreadas geraram uma onda especulativa em vez de incrementar o crescimento econômico, Rui Barbosa se deu conta do caráter irreal de sua medida e tentou remediá-la, buscando unificar as emissões no Banco da República dos Estados Unidos do Brasil, criado um ano antes. Mas a racionalização do sistema iria passar novamente pelo Banco do Brasil. Para conter a inflação e concentrar a atividade bancária no país, em 1893 o Banco do Brasil incorporou o Banco da República dos Estados Unidos do Brasil, passando a adotar o nome de Banco da República do Brasil.

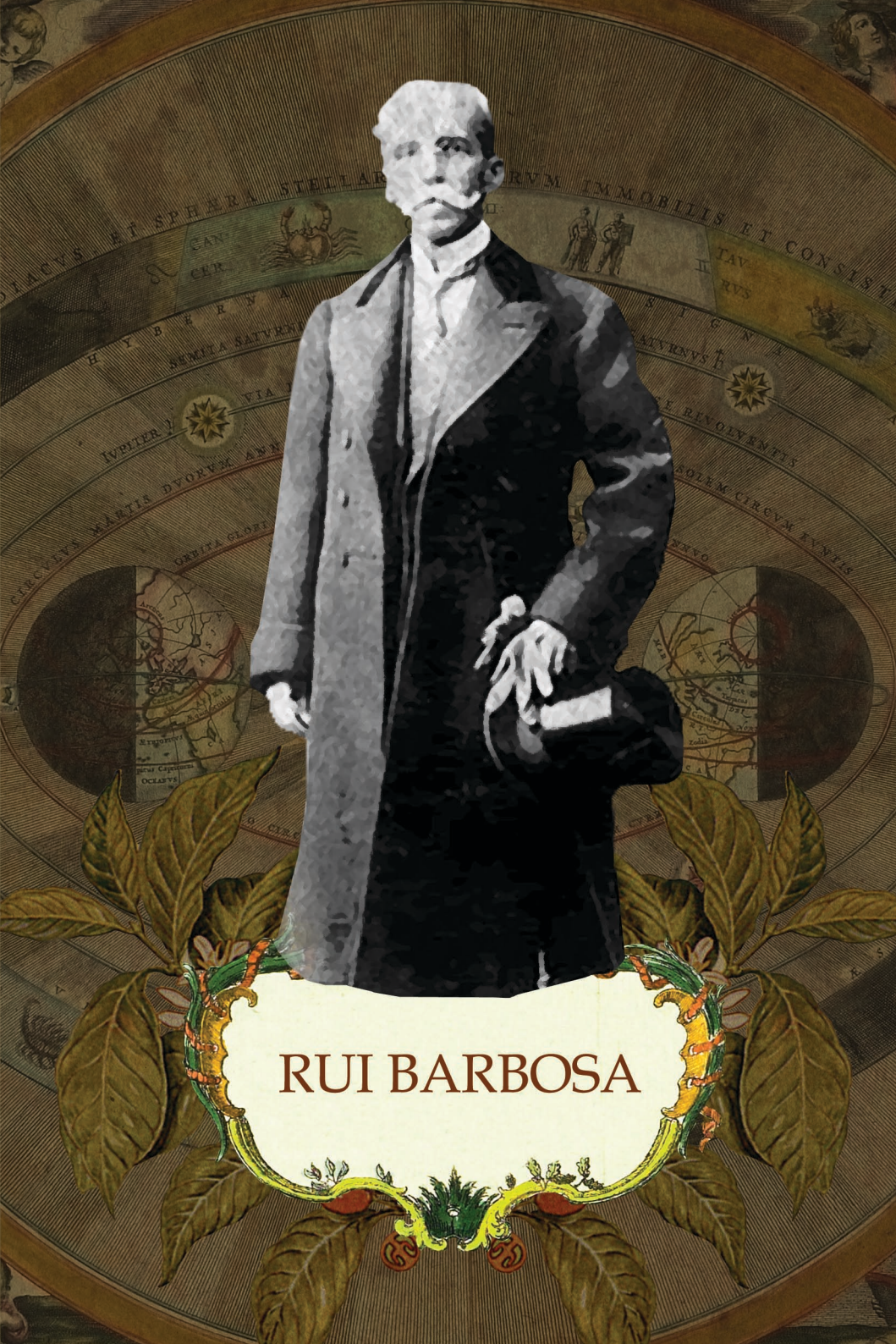
Da crise, ressurge um BB mais forte

O Banco da República do Brasil ou Banco da República, como era habitualmente chamado, enfrentou mais uma grave crise. A política de restrições financeiras durante o período do presidente Campos Sales (1898-1902) causou falências e retração nos negócios, atingindo gravemente o Banco. A situação só foi resolvida anos depois, com a economia saneada. Da crise surgiria um novo Banco do Brasil.

O câmbio em baixa, déficit na balança comercial, títulos públicos desvalorizados e uma sucessão de ministros da Fazenda com pontos de vistas diferentes tinham agravado a situação econômica do país. A República herdou pesados compromissos externos provenientes de empréstimos contraídos. Em 1893, o governo de Floriano Peixoto contraiu um novo empréstimo com bancos ingleses no valor de 3, 71 milhões de libras para construir a estrada de ferro Oeste de Minas. Dois anos mais tarde, o Brasil pegou mais 7,44 milhões de libras. Para conseguir o dinheiro, o país deu como garantia de pagamento a renda da Alfândega do Rio de Janeiro e de alguns outros portos.

Em 1898, antes mesmo de Campos Sales tomar posse, o ministro da Fazenda, Joaquim Duarte Murtinho, foi à Inglaterra renegociar a dívida. Conhecido como *funding loan* (empréstimo de consolidação), o acordo financeiro negociado com os credores consistiu na substituição do pagamento em dinheiro por pagamento em títulos dos juros dos empréstimos anteriores e um novo empréstimo foi concedido para criar condições futuras de pagamento dos débitos. Assim, em 1902, o presidente Rodrigues Alves recebeu um país em excelente situação financeira. E resolveu reformar o Banco da República.

Com nova personalidade jurídica mas com mesmos conceitos e objetivos de 1853, o Banco do Brasil retomou o seu nome. O governo passou a deter 50% do seu capital e o controle administrativo. De acordo com seu decreto de criação, a instituição devia "exercer funções de um banco central, dispondo de capital abun-


RUI BARBOSA

dante para redescontos de papel de outros bancos, para adiantar aos outros bancos e ampará-los nos momentos de crise".

A industrialização e os novos brasileiros

No início do século XX, o Brasil contava com 17 milhões de habitantes, dos quais 64% viviam no campo. As exportações de borracha e do café haviam dado condições à economia do país de se manter e investir na industrialização. A imigração coincide com o surto industrial. O Banco do Brasil, em 1888, criou linhas de crédito para o recrutamento de mão-de-obra estrangeira para as lavouras. De 1891 a 1900, 79,9% do total de imigrantes foram subvencionados pelo governo federal ou estadual. Mas os imigrantes que chegaram em massa no país assumiram postos tanto como empresários quanto como operários.

No limiar da Primeira Guerra Mundial, cerca de 80% dos tecidos consumidos no Brasil eram nacionais, simbolizando uma estrutura social muito diferente da realidade brasileira de meados do século XIX, momento em que as poucas fábricas que surgiram destinavam-se a produzir tecidos de algodão de baixa qualidade, que seriam consumidos pelos escravos e população pobre. Entre 1887 e 1914, 2,74 milhões de estrangeiros se mudam para o Brasil. De 1891 a 1900, 79,9% do total de imigrantes foi subvencionada pelo governo federal ou estadual, uma medida política de interesse dos fazendeiros e que tinha como foco substituir os braços escravos nas fazendas de café.

A modernização das grandes cidades motivou a revolução nos transportes com a implantação das primeiras estradas de ferro. Só em São Paulo, entre 1891 e 1900, foram criados 41 municípios. Com a industrialização, o Brasil retomou os empréstimos externos para financiar grandes obras públicas como estradas de ferro e portos e a compra da produção excedente de café - que era destruída para evitar a queda nos preços do produto no mercado externo. A Primeira Guerra Mundial, deflagrada em 1914, foi um elemento complicador para a delicada economia do país, novamente enfrentando problemas com a dívida externa.

O início da guerra resultou na decretação de um feriado bancário de 12 dias. Os vencimentos de títulos foram adiados por um mês. A moratória teve uma prorrogação de 90 dias. Foi autorizada a emissão de moeda de 250 mil contos de réis. No ano seguinte, o governo emitiu mais 350 mil. As exportações sofreram queda e a indústria foi comprometida pela dificuldade em obter máquinas e peças sobressalentes.

Apesar da crise, o Banco do Brasil apresentou lucro ascendente entre 1913 e 1918. O prestígio levou o Banco a uma campanha, apoiada pela poderosa Associação Comercial do Rio de Janeiro, para que voltasse a fazer emissões e redesconto. A nova reforma na instituição foi efetuada em 1921 e, após contrato celebrado com o Tesouro Nacional, o BB se tornou um banco emissor. A Câmara de Compensação, instituída nesta época, passou a prestar melhores serviços ao público. A partir de 1922, o Brasil começa a se recuperar da inflação causada pela guerra e

À direira, o ex-presidente Campos Sales e à esquerda, Rodrigues Alves

levou à emissão de mais de um conto de réis. Com uma ajuda das exportações do café, que comemorou 200 anos de introdução no Brasil em 1927, o país retomava o fôlego.

Entre os conflitos e o desenvolvimento

O período de governo do presidente Rodrigues Alves (1902-1906) foi uma das fases mais progressistas do Brasil. Coincide com as melhorias portuárias, extensão de ferrovias, saneamento das principais cidades do país, reaparelhamento das Forças Armadas. Um alívio aos graves conflitos travados nos primeiros anos da República.

Avanços sociais consideráveis coincidem com este período, como a primeira campanha de imunização, empreendida pelo médico Oswaldo Cruz, para a erradicação da febre amarela, peste bubônica e da varíola. Para a produção das vacinas foi criado o Instituto de Manguinhos. A então capital do país, Rio de Janeiro, havia se transformado em uma metrópole de ruas largas, como a avenida Central e a Beira-Mar. Foram construídas escolas públicas e parque. O litoral da Baía de Guanabara ganhou novos contornos, com a obra que arrasou o Morro do Senado. Poucos anos mais tarde, os prédios da Biblioteca Nacional, o Teatro Municipal e a Escola de Belas-Artes fariam fervilhar a área cultural. E a cidade receberia grandes personalidades do mundo artístico como a atriz francesa Sarah Bernhardt e o escritor Anatole France. Um período fértil em que se consagravam os escritores Machado de Assis, Coelho Netto e Olavo Bilac. Em São Paulo, alguns bairros contavam com luz elétrica.

Entre os grandes feitos da época – e neste caso, da humanidade – Santos Dumont colocou o Brasil no cenário das grandes invenções com o vôo do 14 Bis em Bagatelle (centro de Paris), no dia 23 de outubro de 1906. Ele percorreu 60 metros em 7 segundos, voando a uma altura de 2 metros do solo, perante mais de mil espectadores e da Comissão Oficial do Aeroclube da França, que era uma

O presidente Afonso Pena deu continuidade ao programa iniciado por seu antecessor, Rodrigues Alves, de reaparelhamento das ferrovias e dos portos, e reorganizou o Exército, sob a supervisão do ministro da Guerra, general Hermes da Fonseca.

instituição de reconhecimento internacional e autorizada a homologar qualquer descoberta aeronáutica marcante.

O presidente Afonso Pena deu continuidade ao programa iniciado por seu antecessor, Rodrigues Alves, de reaparelhamento das ferrovias e dos portos, e reorganizou o Exército, sob a supervisão do ministro da Guerra, general Hermes da Fonseca. Durante seu governo, também disponibilizou os recursos necessários, em 1907, para que Cândido Rondon realizasse a ligação do Rio de Janeiro à Amazônia pelo fio telegráfico.

O desenvolvimento social, cultural e científico da época inaugurava uma nova era, deixando para trás um período cheio de conflitos e episódios delicados na vida econômica e política brasileira. A instabilidade econômica causada pela especulação, emissão desenfreada de moeda e a multiplicação de empresas sem a menor estrutura para se consolidar (mais de 300 em um ano apenas) desgastaram os primeiros tempos do regime republicano.

Após ser eleito pelo Congresso Nacional em 1891, o primeiro presidente brasileiro, marechal Deodoro da Fonseca, renunciou meses depois. Deodoro enfrentou uma forte crise política que culminou com o fechamento do Congresso e a rebelião da Marinha de Guerra. Seu sucessor, Floriano Peixoto, não teve sossego. Em fevereiro de 1893 estourou no Rio Grande do Sul a Revolução Federalista. Os rebeldes chamados maragatos insurgiram-se contra o governo de Júlio de Castilhos. Contra as pretensões de Floriano, treze oficiais (generais e almirantes) lançaram um manifesto em abril de 1892, exigindo a imediata realização das eleições presidenciais, como mandava a Constituição. A rea-

Floriano Peixoto

ção de Floriano foi simples: afastou os oficiais da ativa, reformando-os.

Essa inabalável firmeza de Floriano frustrou os sonhos do contra-almirante Custódio de Melo, que ambicionava a presidência. Levadas por razões de lealdade pessoal, as Forças Armadas se dividiram. Custódio de Melo liderou a Revolta da Armada estacionada na Baía de Guanabara (1893). Essa rebelião foi imediatamente apoiada pelo contra-almirante Saldanha da Gama, diretor da Escola Naval, conhecido por sua posição monarquista.

Era o segundo levante da Marinha de Guerra, novamente liderado pelo Almirante Custódio de Melo, que já havia se rebelado contra Deodoro da Fonseca. Com o apoio do Almirante Saldanha da Gama, os rebeldes bombardearam o Rio de Janeiro. Contudo, Floriano Peixoto conseguiu mobilizar a população para a defesa da capital. Sem apoio popular, Custódio de Melo resolve abandonar a Baía da Guanabara para juntar-se aos maragatos que haviam ocupado Desterro (em Santa Catarina). A Revolução Federalista conflagrou os três estados da região Sul. Além de lutar contra o presidente do Rio Grande do Sul e o presidente da República, alguns de seus integrantes defendiam o sistema parlamentarista de governo, o recuo do federalismo exacerbado e outros, a restauração da Monarquia.

A Revolução Federalista mobilizou grupos e interesses nas repúblicas do Prata e outras nações estrangeiras. Nessa guerra morreu cerca de 1% da população do Estado, cerca de 12 mil pessoas. Os rebeldes chegaram a formar uma força de 3 mil homens, auto-proclamado como o Exército Libertador. A paz só foi assinada a 23 de agosto de 1895 na cidade gaúcha de Pelotas, durante o governo do presidente Prudente de Morais.

Não houve muito tempo para a paz. Um ano depois mais uma má notícia.

Uma expedição de 100 soldados havia sido derrotada pelos jagunços do interior da Bahia. Começava então a Guerra de Canudos que duraria 11 meses. Foram necessárias mais três expedições militares, a última com quase cinco mil homens e artilharia para submeter os revoltosos que pregavam o fim da República. O líder dos insurgentes era Antônio Vicente Mendes Maciel, o Antônio Conselheiro. Líder político e espiritual contestava o regime republicano e pretendia construir uma sociedade religiosa, dentro dos preceitos do catolicismo. Canudos chegou a ter 5.200 casebres e 30 mil homens. Sobreviveram poucos. Cerca de 300 mulheres, velhos e crianças se renderam. Os homens sobreviventes foram degolados e os que resistiram foram mortos a golpes de baionetas dentro do arraial, no dia do assalto final, em 5 de outubro de 1897. Antônio Conselheiro, morto em 22 de setembro, teve seu corpo exumado e sua cabeça decepada. Os 5.200 casebres foram pulverizados a dinamite.

O custo político do conflito de Canudos foi alto. Com o fracasso de duas expedições e as mortes de seus comandantes republicanos, uma onda de protestos e de violência tomou conta da cidade do Rio de Janeiro. Os florianistas – militares que ansiavam a volta da política do Marechal de Ferro, Floriano Peixoto – organizaram-se em milícias fardadas e assassinaram alguns monarquistas cariocas. A crise político-institucional que se instalou só terminou com o atentado sofrido por Prudente de Morais, cometido por um soldado vitorioso em Canudos. A arma falhou, mas o criminoso conseguiu matar a facadas o ministro da Guerra, Carlos Bittencourt, que se aproximou para proteger o presidente. O atentado permitiu a Prudente de Morais conseguir do Congresso a decretação de estado de sítio. Os "jacobinos", os "florianistas" e outros inimigos políticos do presidente foram presos e exilados, inclusive o vice-presidente, Manoel Vitorino.

De coronéis ao "café com leite"

A aliança entre os militares que destituíram a monarquia e os fazendeiros de café tornou possível a República, mas a parceria estava fadada ao fracasso. Os aliados tinham projetos distintos em relação à forma de organização do novo regime. Em curto prazo, os cafeicultores, que contavam com um amplo arco de aliados potenciais e compunham, economicamente, o setor mais poderoso da sociedade, se mostraram mais poderosos. Com Prudente de Morais, os grandes fazendeiros chegaram ao poder, mas foi com Campos Sales que uma fórmula política duradoura de dominação foi finalmente elaborada: a "política dos governadores".

O presidente da República fortalecia o poder dos governadores estaduais e a oligarquia local. Em troca, os governadores garantiriam a eleição, para o Congresso, dos candidatos oficiais. Com um poder Legislativo, constituído por deputados e senadores afinados com o Executivo, não havia discordâncias ou oposição. Os estados mais poderosos, São Paulo e Minas, passaram a se revezar na presidência naquela estratégia que ficou conhecida como a "política do café com leite".

As eleições na República Velha não eram garantidas pelo poder Legislativo,

e sim por meio da Comissão de Verificação. Essa comissão, formada por deputados, é que oficializava os resultados das eleições. Obviamente, eram eleitos apenas quem interessava às oligarquias. O presidente da República podia, portanto, através do controle que tinha sobre a Comissão de Verificação, legalizar qualquer resultado que conviesse aos seus interesses.

O poder das oligarquias era assentado no coronelismo regional em cada estado. O termo foi cunhado para designar os fazendeiros ou comerciantes mais ricos das cidades que tinham por prática comprar ou receber título de "coronel", uma patente da Guarda Nacional, criada durante a Regência.

Durante o governo de Dom Pedro II, os coronéis haviam sido sufocados pela política centralizadora, mas eles renasceram às vésperas da República. Com a proclamação e a adoção do federalismo, passaram a ser as figuras dominantes do cenário político dos municípios. O seu poder residia no controle que exerciam sobre os eleitores. Todos eles tinham o seu "curral" eleitoral, que votava sempre nos candidatos por eles indicados. Quando os "votos de cabresto" não eram suficientes para impor a vontade dos coronéis, eles a impunham com seus jagunços e garantiam a eleição de seus candidatos pela violência.

Quanto maior a capacidade desses coronéis em controlar o maior número de votos, maior o seu prestígio político e, conseqüentemente, mais favores conseguiam obter dos governantes estaduais ou federais, o que, por sua vez, lhe dava condições para preservar o seu domínio.

O Banco do Brasil e os subsídios ao café

O café, que chegou a ser conhecido como o "ouro verde" por conta de uma impressão de riqueza sem limites e sua valorização no mercado internacional, entra em declínio em 1902. O sonho de riqueza levou a investimentos cada vez maiores na produção e, com o aumento da oferta, os preços começaram a cair. A safra dos anos 1901 e 1902 superaram a marca de 16 milhões de sacas, enquanto o consumo mundial era ligeiramente superior a 15 milhões. E a cotação do produto no mercado externo, que havia sido de 102 francos-ouro em 1885, caíra para 33 francos-ouro em 1902.

Desde 1893, os preços internacionais do café vinham caindo sistematicamente como conseqüência dos problemas econômicos dos Estados Unidos, o principal importador, e da expansão mundial da produção de café. Durante alguns anos a queda dos preços havia sido compensada pela desvalorização do mil-réis, com grandes lucros para os exportadores. A política do encilhamento também maquiou os primeiros tempos do declínio com o estímulo oficial à

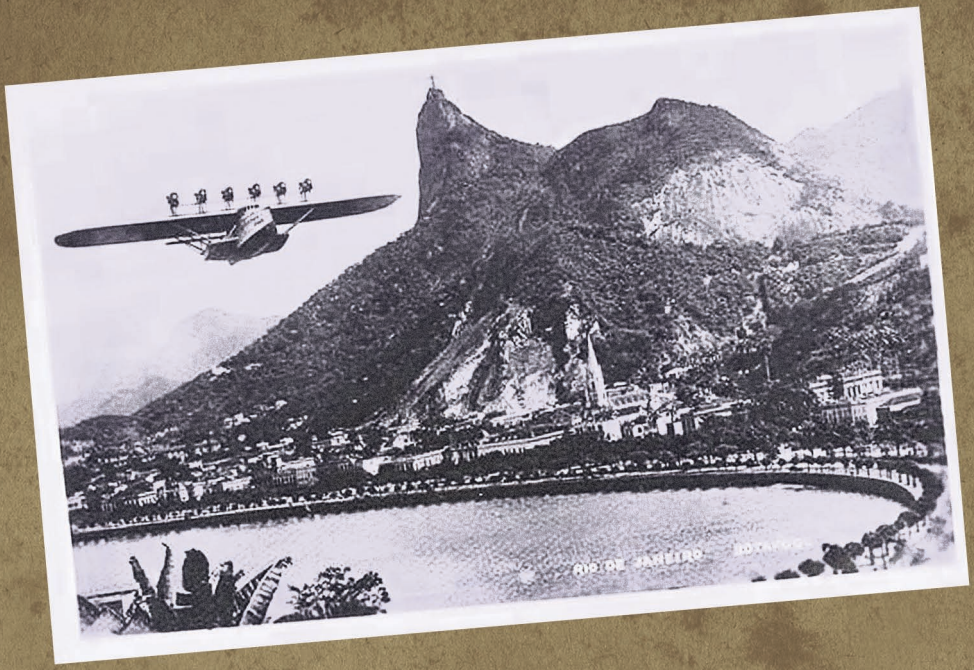
Desde 1893, os preços internacionais do café vinham caindo sistematicamente como conseqüência dos problemas econômicos dos Estados Unidos, o principal importador, e da expansão mundial da produção de café.

constituição de sociedades por ações, o que gerou desenfreada especulação na Bolsa de Valores. Passada a euforia especulativa, as ações começaram a baixar e muitos cafeicultores abriram falência. As ilusões terminaram com a política de revalorização do mil-réis no governo de Campos Salles a partir de 1898. Em 1906, a crise atingiu seu ápice. A safra de café desse ano ultrapassou os 20 milhões de sacas, com conseqüente queda nos preços e enorme prejuízo aos cafeicultores.

Para reverter a crise, os presidentes (cargo equivalente a governadores) de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas se reuniram em Taubaté. Acertaram um preço mínimo para a saca de café, pesados impostos para desestimular o surgimento de novos produtores e um empréstimo externo de 15 milhões de libras para custear as compras do produto para retirá-lo do mercado, forçando o aumento de preços. Além disso, criaram um fundo para a estabilização do câmbio para evitar a revalorização da moeda, o mil-réis.

Apesar da oposição, Rodrigues Alves, cedeu às pressões. O seu sucessor, Affonso Pena, que havia sido presidente do Banco do Brasil, opôs uma resistência inicial à continuidade da política de valorização do café estabelecida no Convênio de Taubaté. Diante da oposição do governo federal e dos demais estados, o governo do estado de São Paulo obteve empréstimos em bancos e casas exportadoras estrangeiras. Mas conseguiu que a União fosse fiadora de um novo empréstimo externo, viabilizando o financiamento da compra de cerca de oito milhões de sacas de café, quase a metade do total da safra brasileira.

Para aplacar o descontentamento dos demais produtores brasileiros, como os de Minas Gerais e da Bahia, Affonso Pena determinou a primeira



intervenção federal para a defesa de um produto, utilizando para isso o Banco do Brasil. A instituição teve de adquirir as safras dos cafeicultores. E o Convênio de Taubaté virou lei. Em 1909, surgiram os primeiros efeitos da política de valorização. Os preços internacionais do café começaram a subir, enquanto a Caixa de Conversão conservava o câmbio artificialmente baixo. A instituição fazia a troca de divisas, com taxas acima do mercado. Com isto, passou a atrair moeda estrangeira que ingressava no país, estabelecendo ao mesmo tempo um limite estabilizador do câmbio. Quanto aos possuidores de moeda nacional que necessitassem de divisas, eles se dirigiam ao mercado livre, onde a taxa era mais favorável. A estratégia funcionou enquanto a taxa de câmbio no mercado livre esteve abaixo do nível da Caixa. Quando a tendência se inverteu, no início da Primeira Guerra Mundial, houve uma corrida aos depósitos que redundou em seu fechamento.

Apesar de recuperar o fôlego com as medidas protecionistas, o país endividara-se muito no exterior. Os grandes bancos europeus passaram a controlar o comércio do café. Muitas fazendas foram vendidas a estrangeiros, pois o esquema valorizador enriqueceu apenas uma parte dos produtores. Os principais beneficiários da nova política econômica e subsídios aos cafeicultores foram os banqueiros internacionais e as casas comissárias, que compraram o café na baixa e venderam na alta, com lucros fabulosos. Algumas delas, aliás, tornaram-se grandes proprietárias de fazendas.

Linha do tempo

BB: da criação ao ressurgimento

1890

Autorizado o funcionamento de outra instituição emissora de moeda, o Banco dos Estados Unidos do Brasil que, em dezembro, se funde ao Banco Nacional do Brasil, formando o Banco da República dos Estados Unidos do Brasil.

1892

Autorizada a fusão do Banco do Brasil com o Banco da República dos Estados Unidos do Brasil.

1893

Aprovada a união do Banco do Brasil com o Banco da República dos Estados Unidos do Brasil. A instituição passa a se chamar Banco da República do Brasil, que ficou como a única entidade emissora de moeda na área da Capital Federal. Esse privilégio cessou quatro anos depois, quando a capacidade de emissão passou a ser exclusividade do Tesouro Nacional.

1905

O Banco da República do Brasil é extinto e dá lugar ao atual Banco do Brasil. O governo passou a deter 50% do capital e o controle administrativo da instituição.

1906

Desde 1906, as ações ordinárias da Empresa são transacionadas publicamente nas bolsas de valores.

Fontes consultadas para esta edição:

- **Brasil: Uma História,** de Eduardo Bueno;
- **História do Banco do Brasil,** de Afonso Arinos de Melo Franco e Herculano Gomes Mathias;
- **História do Brasil,** de Luiz Koshiba;
- **História do Brasil,** de Bóris Fausto;
- **Formação Econômica do Brasil,** de Celso Furtado;
- **Bases do Autoritarismo Brasileiro,** de Simon Schwartzman;
- **O Brasil Republicano,** de Boris Fausto

Bolsa de Valores do Rio de Janeiro em 1906

ASSOCIADO, SOLICITE A SUA CAPA:

Para colecionar os fascículos BB 200 anos, solicite a capa dura da coleção.
Envie nome completo e endereço com o assunto: BB 200 anos para o e-mail
bb200anos@anabb.org.br ou por carta para o endereço
SCRS 507 Bloco A Loja 15 – Brasília/DF, CEP: 70351-510